

mais baixas do mundo. Com o aumento da produtividade passar-se-á duma pauta de apenas tres produtos exportáveis (café, algodão e cacau) para pauta muito mais diversificada, pois não é o latifúndio que cria o monocultivo, bi ou triticul文化 entre nós. A corrida dos nossos agricultores para o plantio do café, do algodão e do cacau, é ditada pelas correntes internacionais do comercio, pois, são essas que realmente determinam o regime de monocultivo, bi ou triticul文化 em qualquer país. Não será pois, apenas com leis de desapropriação de terras, com loteamento ou entrega das mesmas a quem as queiram cultivar que se há de resolver o problema, pois que terras há de sobra no Brasil e poucas nelas se fixam porque a todos faltam os meios para explorá-las. Daí o exódo rural, o congestionamento populacional das cidades e o encarecimento do custo de vida. O primeiro passo para que se processe a verdadeira Reforma Agrária Nacional é a criação de "instrumental" necessário para levar aos nossos campos saúde, instrução, capacidade profissional e crédito, de que resultará o aumento da produtividade, a diversificação do que nele se produz e correspondente a elevação do padrão de vida das populações rurais com a produção abundante, bem estar e vida sã nas fazendas, sítios e granjas.

Este "instrumental" poderá ser conseguido com a criação de "Fazendas-Piloto" do tipo que o Prof. Olbiano de Melo preconiza em seu citado trabalho e que deveriam ser localizadas em todas as zonas geo-econômicas do país (cerca de uma para cada cinco municípios). Estas Fazendas que chamamos de Fazendas Societaristas deverão ser simultaneamente Centros de irradiação cultural e técnica, como Centros de intensa exploração econômica e cujas características constam dos artigos 1.º e 2.º e parágrafos do projeto de lei que estamos submetendo à apreciação desta Casa.

3 — O sistema preconizado é inédito, fugindo do sistema totalitário das Fazendas Estataes Soviéticas as Sovkхозas que na U.R.S.S. vem substituindo as antigas fazendas cooperativistas — as Kolkхозas e do sistema cooperativista — as Kibutas, base da reforma agrária adotada pela República de Israel.

É certo que tanto na U.R.S.S., como na China Popular e em Israel, um e outro sistema vêm dando bons resultados. É preciso se considerar, porém, que o regime soviético é totalitário e o Societarismo, defende a liberdade de culto, de expressão do pensamento, da associação e locomoção, e por outro lado, o cooperativismo Kibuteano (israelita) somente dará resultado, em país de área limitada como é a da República de Israel, e ser alimentado pelo nobre misticismo de um povo que está fazendo surgir das areias da Palestina o milagre duma agricultura altamente modernizada. Num país, como o Brasil, de imensa extensão territorial, e vivendo em regime democrático, o Sistema Societarista levaria aos nossos campos o progresso e a civilização.

A agricultura, aqui como alhures, é a "alma mater" de todo o processo de industrialização. Sem uma agricultura de base, impossível será a verdadeira industrialização do país. Em São Paulo, como nos outros Estados da Federação, estamos certos, que se a União dos Governos Estaduais experimentarem o sistema de criação das "Fazendas Societaristas" estarão dando passo real e objetivo para a realização da Reforma Agrária Nacional. E certo que estas medidas governamentais deverão ser complementadas com a construção de silos e armazéns, a melhoria dos transportes, a garantia de preços mínimos, etc.

4 — São Paulo, pioneiro do desenvolvimento econômico do Brasil, deve dar este passo. Possui os recursos e meios para tanto. Que se inicie aqui a criação das Fazendas Societaristas, objeto deste projeto.

Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, o nobre deputado Solon Borges dos Reis.

O SR. SOLON BORGES DOS REIS (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, anuncia-se a realização nesta Capital, a partir do próximo dia 5, da "Semana do Ensino Normal".

Dentre os objetivos a que se propõe essa Semana, segundo declara o "Diário Oficial" do Executivo, na primeira página da edição de hoje, figura a reformulação dos objetivos do ensino normal de um ponto de vista filosófico e prático, e, em seguida, a reformulação dos meios para plena consecução dos objetivos da escola normal.

Ora, Sra. Presidente e Srs. deputados, esta Casa acaba de dar ao governo do Estado, aprovada, e em vias de ser transformada em lei, uma proposição que confere ao Poder Executivo, particularmente à Secretaria da Educação, os recursos legais imprescindíveis à atualização do ensino normal do Estado de São Paulo.

Em 1956, no governo anterior, quando eu ocupava a direção geral do Departamento de Educação, tivemos ensejo de elaborar uma reforma do ensino normal, que, enviada a esta Casa, aqui foi aprovada por unanimidade, com louvores expressos aqui da tribuna por deputados da oposição, inclusive pelos combativos e eminentes líderes da oposição, na época os nobres deputados Hilário Torloni e Cantídio Sampaio.

Aquela reforma do ensino normal permitiu um grande passo à frente na estrutura e funcionamento das escolas normais e institutos de educação do Estado. E, ainda agora, acabamos de ver aprovado pela Casa o nosso substitutivo, sob forma de emenda, com 31 assinaturas, que apresentamos ao projeto originário do Poder Executivo, dispondo sobre recrutamento do magistério para o ensino primário do Estado e contendo dispositivos específicos para formação profissional do professor no Estado de São Paulo.

Assim, quando o Executivo anuncia a realização da "Semana do Ensino Normal", é muito grato ao Poder Legislativo do Estado constatar que já se antecipou as preocupações das autoridades do ensino, oferecendo as medidas legais necessárias à melhoria das condições do ensino normal no Estado.

Resta agora que o governo de São Paulo promulgue a lei em questão, dando publicidade ao autógrafo que já tem em mãos, procedente da Mesa da Assembleia Legislativa Estadual.

Fazemos votos para que a "Semana do Ensino Normal", em boa hora lançada pela Secretaria dos Negócios da Educação, à frente da qual se encontra o eminente professor paulista Euvaldo de Oliveira Melo, seja coroada de êxito e recolha para a formação profissional do professor primário em nosso meio os melhores frutos, porque da formação do professor depende muito da atuação e da atuação do professor depende quase toda uma matéria de ensino, especialmente do ensino primário.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Mário Telles.

O SR. MÁRIO TELLES — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, tenho reclamado sucessivas vezes desta tribuna a falta de água no bairro do Ipiranga. Ainda há cerca de 30 dias, às vésperas das eleições, portanto, o governo anunciava, através da imprensa, do rádio, da televisão, a solução do problema para aquele logradouro de São Paulo. Não obstante, até agora a água não apareceu. Moradores da Vila das Mercês, do Sacoman e do Alto do Ipiranga têm me procurado a fim de fazer sentir o seu reclamo junto às autoridades competentes.

Estive em contacto com o Diretor do DAE, Dr. Faria Cardoso, que me informou, na oportunidade, estar apenas aguardando a instalação de uma torre de água no Sacoman e uma nova adutora que iria reforçar o sistema de distribuição de água naqueles bairros, oriunda do Jabaquara. Tudo isso já foi concluído, as obras foram inauguradas. Apenas, tão somente, falta água. A situação já se transforma quase em calamidade. Ao ser instalada a rede de água moradores, especialmente do Alto do Ipiranga e da Vila das Mercês, não se utilizaram mais e mandaram retirar os poucos lá existentes, na expectativa de que poderiam contar, daquela época por diante, com o precioso líquido diretamente das torneiras, servidas pela rede de água do DAE.

Mera ilusão, porque mesmo outras ruas, outros lugares daquele bairro, que já eram, antes, regularmente servidas, deixaram de sê-lo.

Não mais aparece água no bairro do Ipiranga, às vezes até por quinze dias.

A população, revoltada, já se dirigiu, em massa, à repartição competente, ao Departamento de Águas e Esgotos, e não há solução para o problema. Promessa, promessa e mais promessa.

Bem diz o nobre deputado Murillo Sousa Reis que parece paradoxal, numa época de tanta chuva, faltar água. Mas a verdade é que aqueles que têm a responsabilidade da solução do problema colocam-na também nas mãos da Providência.

Quando não chove, falta água em São Paulo. O problema de água, em São Paulo, está entregue, portanto, à vontade de Deus, à vontade da Providência, porque aqueles que têm a responsabilidade da solução não se preocupam em solucioná-lo, mas estão, isto sim, preocupados em formular as desculpas mais substanciais e que possam melhor impressionar.

O povo deseja tão somente água.

Acredito, Sra. Presidente, Srs. deputados, que estes munícipes, estes cidadãos, não deveriam mais pagar as contas de água. Deveriam recusar-

se terminantemente à satisfação daquelas contas, porque o descaso é de tal sorte, de tal natureza que está a exigir a repulsa até este ponto. Esta seria a contrapartida, a contraprestação, a taxa de água, a expressão "taxa" significa contraprestação de serviço prestado. Não é prestado serviço, Sra. Presidente, de maneira que não há o que ser pago; não pode, não deve ser paga essa taxa.

Nesta oportunidade, instado pela Presidência, para encerrar minhas considerações — aliás, com base no Regimento — mas amparado pela generosidade da Presidência, posso concluir, rapidamente, dirigindo um apelo ao Diretor do D. A. E., para que solucione este pungente e dramático problema.

Só aqueles que vivem, só aqueles que já tiveram oportunidade de sentir a falta do precioso líquido podem, com efetividade, saber o que estão passando os moradores do bairro do Ipiranga.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Costabile Romano.

O SR. COSTABILE ROMANO — Sem revisão do orador — Sr. Presidente e Srs. deputados, dentro de alguns dias o Tribunal Regional Eleitoral diplomará os candidatos a esta Assembleia, eleitos no dia 7 de outubro p. p. Fomos daqueles que postularam à reeleição. Para isso, nossa atitude estava estribada no fato de termos, pelo menos assim julgamos, cumprido fielmente o mandato que havíamos recebido de uma parcela ponderável do povo paulista.

Durante o tempo em que aqui temos trabalhado, procuramos levar avante nessas tarefas. Não nos escondemos atrás da falsa modestia. Afirmamos aquilo que temos consciência de ter realizado, porque julgamos que, como simples mandatários do povo, tínhamos a obrigação de respeitar e cumprir fielmente o nosso cargo de deputado.

A imprensa, o rádio e todos aqueles que acompanharam e fiscalizaram os atos desta Casa e de seus componentes, mais de uma vez constataram e louvaram nessa fidelidade e o nosso desvelo em função da luta em prol dos interesses do povo. Temos orgulho de afirmar que, durante quatro anos, esta tribuna foi por nós ocupada com a preocupação de servir o povo paulista e, acima de tudo as populações que constituem as cidades que nos elegeram: Ribeirão Preto e todas as comunidades dela circunvizinhas.

Em nenhum instante destes quatro anos de atividades parlamentares, subestimamos ou descuidamos a nossa responsabilidade e os nossos deveres com a cidade que para aqui nos mandou. Agora, fomos reeleitos. Oito mil sufrágios, aproximadamente, nos reconduziram à cadeira que aqui ocupamos.

Estamos agradecidos a todos aqueles que em nós confiaram. Confessamos, no entanto, que a votação recebida em nossa cidade, a nossa querida Ribeirão Preto, nos deixou profundamente decepcionados. Ela não correspondeu ao que dela esperávamos. Não estamos magoados por isso. Pelo contrário. No instante em que analisamos o acontecimento, aproveitamos o momento para fazer uma profunda auto-crítica e verificar se, realmente, o que fizemos não atendeu às reivindicações do ordeiro e esclarecido povo de Ribeirão Preto e de toda a Mogana.

Talvez não tenhamos, apesar de tudo, realizado tanto quanto esperávamos de nossa atuação. Assim é que, com este sentimento, ao agradecermos publicamente a nossa reeleição, sem guardarmos malquerenças ou mágoas, queremos afirmar ao povo de Ribeirão Preto e de todas as cidades de São Paulo que contribuíram para a nossa reeleição, que aqui estaremos, na trincheira democrática do Parlamento Paulista, durante mais quatro anos, para trabalhar e, acima de tudo, servir aos elevados interesses do generoso povo paulista.

Iremos redobrar nossos esforços para, sem ressentimento, nos tornarmos mais dignos do mandato que nos foi confiado.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Murillo Sousa Reis.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, estamos reapresentando, com o número regimental de assinaturas, projeto de lei que dispõe sobre a criação de fazendas societaristas no Estado de São Paulo, na esperança de que o novo Governador, Sr. Ademar de Barros, tenha realmente interesse em atender à agricultura. O que desejamos é fazer uma reforma agrária autêntica, para o que apresentamos a São Paulo a experiência das fazendas societaristas.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Avalone Júnior. (Pausa). Tem a palavra o nobre deputado Anacleto Barbosa.

O SR. ANACLETO BARBOSA — Sra. Presidente e Srs. deputados, não me encontrava nesta Casa e nem na Capital deste Estado, quando V. Exa. Sra. Presidente, endereçou ao Governo dos Estados Unidos da América do Norte aquele telegrama de aplausos também subscrito por outros nobres deputados, no sentido de se solidarizar com a atitude corajosa e necessária assumida pelo Sr. John Kennedy.

Na qualidade de Secretário da Ação Democrática Parlamentar, tardiamente, mas com oportunidade, queremos solidarizar-nos com esse telegrama. Os acontecimentos posteriores vieram demonstrar que o grande Presidente tinha razão, quando denunciou ao mundo os propósitos agressivos da Rússia, que armava as suas bases em Cuba para atingir a grande democracia americana.

A Rússia pouco importa, no caso, o princípio de auto-determinação, e tanto isso é verdade que se propôs a trocar suas bases em Cuba por outras que os Estados Unidos tenham em outros países. Vale dizer que, desde que a Rússia lucrasse com a transação e outras fortificações viesse a receber, pouco lhe importaria a sorte de Cuba, que entregaria à Nação americana.

Sra. Presidente, não nos conformamos, por outro lado, com a atitude que reputamos duvidosa, dúbia, fúbia, do Governo brasileiro, que não se solidarizou, como deveria fazê-lo, com a atitude da grande democracia americana, porque, afinal, temos necessidade de defender a liberdade, e esta se defende com atitudes iguais a de V. Exa. e pelos nobres deputados que subscreveram aquele oportuno e necessário telegrama inicialmente mencionado.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado José Costa. (Pausa) Tem a palavra o nobre deputado Francisco Franco.

O SR. FRANCISCO FRANCO (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, congratulo-me com o eminente Governador Carvalho Pinto, pela magnífica safra algodoeira de 1961-1962, que atineu a 275.000.000 de quilos, resultado que não conseguimos desde 1944. Fruto do trabalho árduo e eficiente dos ilustres técnicos da Secretaria da Agricultura, que enviaram esforços para conseguir essa magnífica safra, proporcionou-os ela a exportação de mais de 150 milhões de quilos, carregando milhões de dólares para a nossa desequilibrada balança comercial.

Esperamos que a safra vindoura seja maior ainda, pois nunca a razão precisou tanto do nosso "ouro branco" para socorrer a sua economia já desamparada pelo excesso de nosso café. Café e algodão, nossos principais produtos de exportação, merecem de nossos poderes públicos maior atenção, principalmente com referência a adubos e inseticidas, boas sementes e sobretudo financiamento simples, sem a burocracia tão característica do Banco do Brasil e do Banco do Estado.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Osvaldo Santos Ferreira.

— (Assume a Presidência o Sr. Costabile Romano.)

O SR. OSVALDO SANTOS FERREIRA (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, a situação deveras injusta e até certo ponto aflitiva dos escreventes de Cartório de todo o Estado está a merecer, da parte dos poderes públicos, a devida atenção. Ainda recentemente, o Senhor Governador do Estado, ao receber em audiência uma Comissão de Escreventes, teve oportunidade de ouvir de viva voz, os justos reclamos e as legítimas reivindicações dos integrantes daquela laboriosa classe, prometendo-lhes, nessa ocasião, dar ao problema a necessária solução. O que se pleiteia, em síntese, é a oficialização dos Cartórios e a aprovação de um estatuto que melhor ampare e proteja aquela classe.

A primeira dessas medidas — a oficialização — é assunto palpitante, que há longos anos desafia todas as administrações estaduais, mas que permanece sem solução face à reação contrária de grande número de serventários, principalmente os desta Capital. Em verdade, para estes, a adoção dessa medida moralizadora e disciplinadora das atividades cartorárias não pode mesmo interessar. Representará ela um corte sensível e apreciável nas gordias rendas que auferem, merecê de uma situação privilegiada que de modo algum querem perder. Não pensa assim, porém, a grande maioria dos interessados, incluindo-se os serventários das pequenas localidades do interior, e a quase totalidade dos escreventes, mesmo os da Capital. É que a medida, se adotada como se espera e deseja, viria beneficiá-los em muito, melhorando o rendimento médio dos primeiros e solucionando os problemas vitais dos segundos.

Não sendo estes considerados funcionários públicos, nem servidores